



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

1. A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO E AS REFORMAS

SANTOS, SP, 31 DE MARÇO

AO INAUGURAR A COMPANHIA SIDERÚRGICA PAULISTA.

Há um ano, ao comemorar-se o primeiro aniversário da Revolução, que hoje voltamos a celebrar festivamente, falei de Belo Horizonte aos brasileiros. É que na capital mineira tivera início o movimento de 31 de março. Hoje, se vos falo desta região de São Paulo, é porque também aqui se realiza outra revolução, decorrência daquela: a do seguro desenvolvimento nacional, dentro da estabilidade e da democracia.

Revolução esta tão importante quanto aquela, pois, na verdade, a justifica e engrandece. Realmente, quando a Nação, decisivamente apoiada pelas Forças Armadas, se levantou há dois anos, fê-lo, principalmente, para impedir que o Brasil continuasse a ser levado pelos caminhos que rapidamente o conduziam à estagnação, e conseqüentemente à anarquia social, política e financeira. Por isso mesmo, manter as instituições democráticas naquela ocasião tão gravemente ameaçadas e repor a Nação no rumo do desenvolvimento representavam compromissos fundamentais do movimento revolucionário.

Hoje, decorridos dois anos, temos a convicção de que, considerada a situação verdadeiramente caótica em que se encontrava o Brasil, seria impossível fazer-se mais do que se tem alcançado, e que a bem dizer constitui quase um milagre. Não falta aliás, principalmente no estrangeiro, quem já se refira surpreso ao «milagre brasileiro». Ocorre, porém, que, ao contrário do que acontece com os de outra natureza, o nosso milagre é o fruto do esforço do Governo e do sacrifício pedido a todos os brasileiros.

Somos mesmo profundamente reconhecidos ao denodo com que o têm suportado, apesar das campanhas de deturpação dos objetivos governamentais e até de incitamento a reações. Partem elas dos que teimam em colocar as ambições pessoais acima dos interesses primordiais do progresso da nacionalidade. Esquecem-se, porém, das extraordinárias reservas de patriotismo do nosso povo e da perfeita consciência com que enfrenta os sacrifícios de hoje na certeza de estar contribuindo decisivamente para a grandeza de amanhã.

Para quem está no período final do mandato recebido e não alimenta qualquer ambição pessoal, seria talvez bem mais agradável poder anunciar favores e acenar com ilusões do que estar solicitando dos brasileiros tolerância e compreensão para sacrifícios. Não seria, porém, a maneira de bem servir ao Brasil. Daí a persistência com que o Governo insiste na execução de um programa, cujos frutos já são bem visíveis para os que, em vez de se deixarem envolver pelo derrotismo, lancem a vista pelo muito que se tem realizado nos mais importantes setores da vida nacional.

Marco extraordinário significativo dessas realizações, é a obra agora concluída e que temos sob nossas vistas. Realmente, a inauguração oficial da Companhia Siderúrgica Paulista consolidou a participação do Brasil na indústria pesada. As lições de Volta Redonda frutificaram. Desde então duas novas Siderúrgicas, a USIMINAS e a COSIPA surgiram, planejadas inicialmente como empresas privadas com apoio do Governo Federal, mas completadas com a mobilização predominante de recursos públicos, ante o vulto dos investimentos exigidos e a imprevisibilidade dos orçamentos, resultante da inflação.

Este empreendimento não reflete apenas a ação do Governo complementando a iniciativa privada. Representa também o sentido de continuidade da obra governamental. A atual administração encontrou a semente e a levou à maturação, mas já planeja nova etapa, que a outros governos caberá desenvolver. Com a cooperação do Banco Internacional estamos organizando um plano de expansão siderúrgica com vistas a dobrar até 1970-1972

a capacidade instalada na indústria de aço, incluídos nesse programa a duplicação de Volta Redonda e USIMINAS e a elevação em 60% da COSIPA.

Esta inauguração me enseja ferir o problema das relações entre o Governo e a iniciativa privada, à qual São Paulo deve precípuamente sua pujança.

No debate econômico entre nós irrestrito, e às vezes passional, tem sido o Governo acusado por impulsos de estatização ou por haver absorvido parcelas exageradas do produto nacional, em detrimento da empresa privada. A realidade é bem outra.

Considero oportuno reafirmar que vejo na iniciativa privada não só poderoso fator de propulsão do desenvolvimento econômico, mas também instrumento da preservação democrática. Há várias e importantes tarefas que o Estado é chamado a desempenhar, particularmente na infra-estrutura social e econômica e em afazeres de segurança nacional. Quando amplia exageradamente suas tarefas, transbordando desses limites, arrisca-se a prejudicar o desenvolvimento econômico, pela ineficiência da administração, e também o aperfeiçoamento político, pelo excesso de poder. Mesmo os países socialistas começam hoje a rever seus esquemas de planejamento, procurando reviver em certos setores, notadamente a agricultura e a indústria de transformação, algumas características da empresa privada, como descentralização das decisões e a mensuração da possibilidade de lucro do empreendimento, pela diferença entre o preço de venda e o custo de produção.

O Governo abriu novas perspectivas à livre iniciativa, delimitando as tarefas entre o Governo e a empresa privada. Exemplo disso é a indústria petroquímica, em relação à qual já foram aprovados projetos de iniciativa privada, com investimentos superiores a 325 bilhões de cruzeiros, vários dos quais nesta Baixada Santista, onde se espalmará um dos importantes complexos petroquímicos do mundo, num contexto de cooperação entre a Petrobrás e a indústria privada, e entre capitais nacionais e estrangeiros.

Naqueles casos em que o Estado foi chamado a intervir, fê-lo para nacionalizar empresas de serviço público, com a firme intenção e esperança de transferi-las gradualmente aos próprios usuários, já

que se provou difícil mobilizar investidores nacionais com recursos suficientes para a pronta absorção do acervo e o início de programas de expansão de atividades, há muito estioladas pelo irrealismo demagógico das tarifas.

Há quem incrimine o Governo de haver absorvido em demasia os recursos financeiros da Nação, com debilitamento do setor privado. Seria mais justo lembrar que este Governo foi o primeiro a denunciar, em seu programa de ação, o definhamento, no último decênio, do crédito para o setor privado, ante a pressão exercida sobre a rede bancária para financiar o erário público. Em 1965, pela primeira vez em muitos anos, o Tesouro não pressionou a caixa do Banco do Brasil, enquanto a expansão de crédito para o setor privado, comparativamente a 1964, aumentava 24 por cento no caso do Banco do Brasil e 78 por cento no caso dos Bancos comerciais. A isso cabe adicionar quase 160 por cento nos aceites das sociedades de crédito e financiamento e a duplicação das aplicações do B.N.D.E. Muitos se esquecem também de haver-se criado toda uma nova instrumentação de financiamento, através dos fundos especiais como o FINAME, o FIPEME, o FUNDECE, o FINEP e o FINACRI, mediante os quais foram canalizados, até hoje, para a indústria, o comércio e a agricultura, nada menos de 110 bilhões de cruzeiros. E ainda agora, em sua Resolução de há poucos dias, o Conselho Monetário decidiu colocar à disposição dos empresários mais dois títulos, as obrigações do Tesouro e as letras do Banco Central, visando a baratear o custo de dinheiro para o giro de produção e não a carrear recursos para o Governo.

A tarefa de governar, numa fase de reconstrução econômica e moral, consiste muitas vezes em destruir tabus e banir mitos a que a irresponsabilidade dos demagogos emprestou vigência e popularidade. Este Governo considerou de seu dever plantar as sementes da retomada do desenvolvimento.

Hoje podemos, por exemplo, orgulhar-nos de um grande programa de energia elétrica, que elevará de sete milhões de quilowatts a capacidade instalada até 1970. Em 1965, foram adicionados 600 mil quilowatts à nossa rede elétrica. Em setembro do ano passado, demos início à Usina do Estreito, com 800 mil quilo-

watts, e, nos próximos dias, começarão as obras da Usina de Jaguará com 400 mil quilowatts e da Usina da Ilha Solteira, com três milhões e duzentos mil quilowatts, ou seja, a terceira hidrelétrica do mundo. O Banco Interamericano já aprovou preliminarmente a nova fase de expansão de Paulo Afonso, com 300 mil quilowatts, cujas obras em breve se iniciarão.

Aos que nos acusam de desídia pelo desenvolvimento, devo lembrar que, no espaço de menos de um ano, começamos a rasgar a terra e desviar caudais para, sem contar usinas menores, acrescer de três milhões e setecentos mil quilowatts, ou seja de mais da metade, o potencial instalado pelo Brasil ao longo de toda a sua história. E nada disso se fará com afoiteza improvisada. A difícil decisão de reajustar as tarifas de eletricidade, contra protestos dos consumidores e elevação temporária dos índices do custo de vida, garante-nos recursos para execução segura das obras, ao mesmo tempo em que a restauração da solvência financeira do país, nos permite a contratação de financiamentos externos favoráveis, que jamais teríamos obtido na situação anterior de devedores relapsos.

Não foi fácil também a decisão de colocar a taxa de câmbio do cruzeiro em níveis realistas. É conhecido o impacto das desvalorizações cambiais sobre combustíveis, trigo e outros componentes do custo de vida. Mas sem isso não teríamos jamais atingido um nível de exportação de um bilhão e seiscentos milhões de dólares, que não havíamos alcançado desde 1951. Exportações que nos permitiram acumular reservas, saldar compromissos e recuperar o crédito externo, indispensável não só para o desenvolvimento econômico como para a própria segurança nacional. São aspectos favoráveis, que nos devem fazer confiantes, talvez orgulhosos, e que não podem escapar aos brasileiros.

Temos enfrentado corajosamente o problema de liberação dos preços agrícolas e pecuários. O resultado imediato é penoso para o consumidor urbano, esquecido da pobreza das zonas rurais e relutante em reconhecer que o preço artificial de hoje pode significar a escassez e, portanto, o encarecimento de amanhã.

O futuro dirá que essas decisões angustiosas do presente terão sido talvez o ponto decisivo, em que a nossa agropecuária

infletiu de um destino de estagnação para um vigoroso período de renascimento.

Estamos lançando as bases sólidas do desenvolvimento, embora correndo o risco de incompreensão daqueles que, na leitura dos índices se recusam a distinguir a pressão inflacionária corrente, que a política financeira procura dominar, e as medidas corretivas de erros do passado, que, por mais penosas que sejam para o orçamento do consumidor, representam o preço a pagar para a retomada do progresso e da prosperidade. Desenvolvimento do sistema de transportes, que pressupõe a diminuição dos *deficits* e a criação de recursos para investimento; do serviço de telecomunicações — incompatível com tarifas congeladas; da construção civil — que exige incentivos para os investidores em imóveis de aluguel ou venda.

Tivéssemos-nos limitado a transferir para o futuro todos esses problemas, poderíamos exibir redução muito mais rápida, do que a que logramos até hoje, no ritmo de aumento do custo de vida. Mas estaríamos também perpetuando a estagnação que nos vitimou em 1962 e 1963; teríamos mutilado nossas perspectivas de desenvolvimento; teríamos falhado em nosso dever de mobilizar recursos e poupanças com o nosso próprio esforço e sacrifício; teríamos mentido ao povo ao invés de servi-lo; teríamos revelado mais comodismo que coragem; teríamos, enfim, praticado demagogia e não democracia.

Ao completarem-se dois anos do Movimento de 31 de março, é tempo de relancearmos o caminho percorrido. Impôs-se o Governo objetivos ousados, numa luta desesperada para suprimir etapas na reorganização de um país atordado pela demagogia e exangue pelas lutas que o inquietaram. Muitos acreditam mesmo que esses objetivos tenham sido demasiado ambiciosos, e cada um deles suficiente para absorver tôda a atenção de um governo. Propusemo-nos, a um tempo, conter uma inflação galopante, retomar o desenvolvimento, restaurar a solvência cambial e modernizar a estrutura institucional do país.

A concentração exclusiva em um ou dois desses objetivos possibilitaria talvez atingi-los mais rapidamente.

O Governo Revolucionário não tem, porém, que se desculpar da ousadia na perseguição de objetivos difíceis. Àqueles que têm memória curta, lembrarei que em 1964 a taxa de inflação dos trimestres posteriores à Revolução foi de metade daquela que encontramos em 31 de março; que em 1965 essa taxa se reduziu novamente à metade; e que nos dois primeiros meses de 1966, apesar dos reajustamentos corretivos de janeiro e da expansão monetária de fins de 1965 (não para atender ao Tesouro e sim para compra de divisas e financiamentos agrícolas) — apesar desses fatores — o custo de vida subiu nesses dois primeiros meses menos que em igual período de 1964 e 1965. E tudo indica que a partir de abril a pressão inflacionária tenderá a regredir, superados que foram os reajustamentos corretivos da taxa de câmbio, hoje estabilizada em nível realista; das tarifas de transporte, energia elétrica e telefones; do impacto de liberação de produtos agropecuários; e dos efeitos da expansão monetária e reajustamentos salariais de fim de ano.

A retomada do desenvolvimento, que muitos julgaram incompatível com o plano de reduzir a inflação, foi satisfatoriamente atingida, com notável recuperação da agricultura e bom desempenho da indústria, no segundo semestre de 1965 e começo de 1966. O Governo reduziu a participação das despesas de custeio, liberando recursos para investimento produtivo, e tornou praticamente auto-financeável a expansão de certos setores, como energia elétrica e telecomunicações. No terceiro objetivo — o da restauração da posição cambial — excedemos de muito as previsões. A acumulação de reservas exerceu, sem dúvida, pressão inflacionária, sendo em grande parte responsável pelas emissões de papel moeda em fins do ano passado, mas isso parece preço pequeno a pagar pela força e dignidade que adquirimos. Quanto ao último objetivo, também, aí, nos podemos justamente desvanecer. Corrigimos um atraso de décadas em nosso sistema fiscal, plantamos sólidas bases para a solução do problema habitacional e agrário, modernizamos as instituições do mercado de capitais e criamos o Banco Central. Vizinhos muito próximos do fragor e do drama, falta-nos perspectiva para bem aquilatar a obra realizada. Não nos damos contas às

vêzes da grande renovação empreendida, que o futuro sancionará como oportuna e a História julgará com isenção.

A solenidade da inauguração desta grande Usina não é apenas uma festa dos empresários paulistas, cujo vigor todo o Brasil admira e cuja colaboração é vital para a obra do Governo. É também dos trabalhadores que aqui labutaram e transformarão a matéria prima inerte em elementos básicos de civilização moderna.

Vozes solertes se erguem hoje de setores corruptos e subversivos, tentando envenenar o clima de confiança que deve reinar entre o Governo e os trabalhadores. Subestimam essas vozes a maturidade e a percepção dos trabalhadores, que sabem distinguir o demagogo, que lhes caça votos e depois os esquece, do sincero homem de Governo, que busca a verdadeira democratização das oportunidades. Através do programa de bolsas de ensino e das cooperativas de habitação, poderão os sindicatos ampliar sua função em busca de conquistas duradouras para a classe operária.

Dêsse propósito não nos afastaremos. Buscaremos para os trabalhadores condições de vida cada vez melhores, inclusive por considerarmos que tal melhoria é inseparável do bem-estar nacional. Agora mesmo temos em estudo, apenas em estudo, repito, o aperfeiçoamento do instituto da estabilidade, que nas atuais condições deixou de amparar, como devia, a grande massa do operariado brasileiro. Não se pense, porém, que desejamos ou sequer cogitamos de impor qualquer modificação sem o consciente apoio dos próprios trabalhadores, maiores interessados no assunto, e que serão devidamente esclarecidos sobre o que mais lhes convém.

Podem, pois, estar tranqüilos os trabalhadores. Tranqüilos e também atentos em relação àqueles que em vez de cuidarem dos efetivos interesses dos operários apenas almejam criar clima emocional, proveitoso às explorações demagógicas, mas pernicioso à adequada solução. Quando estudado pelos grupos operários, alguns dos quais já apresentaram sugestões valiosas, reconhecer-se-á o novo sistema como real conquista dos trabalhadores, garantindo-lhes a formação de um pecúlio durante todo o período de emprêgo e criando condições que tornam a estabilidade interessante e vantajosa, tanto para o empregado quanto para o empregador.

O Governo precisa de todos vós — empresários, trabalhadores e consumidores: a nossa luta é comum e a nossa responsabilidade deve ser partilhada por todos. Devemos todos abandonar a mentalidade do lucro fácil, que alimenta a inflação; a indisciplina no trabalho, que nos empobrece a todos; a recusa a assumir responsabilidades, que desfibra a Nação; a busca de privilégios, que torna a nossa sociedade injusta.

A Revolução pode orgulhar-se da obra que realizou para reerguer o país. Como é da condição humana, nossas realizações são menores que os nossos desejos, mas o nosso esforço não ficou abaixo do nosso dever.